

Texto de Pedro Ignacio Schmitz – arqueólogo - Diretor de Instituto de Pesquisas – UNISINO - bolsista do CNPq - publicado no Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB - Série Catálogo – A Pesquisa do Passado nº 2 referente à exposição “Arqueologia e Arte Pré-histórica na Região Sudeste” – realizada na Fazenda do Capão do Bispo - Setembro de 1987

O Brasil Pré-Colonial

Quando os portugueses, em 1500 d.C., deram com suas frágeis caravelas na terra depois chamada Brasil, não podiam imaginar que ela estivesse povoada desde milênios por homens que tinham suas próprias histórias; que, tal e qual as províncias periféricas da Europa, tinham estado sujeitos a sucessivas modernizações sugeridas de centros mais desenvolvidos, situados, até aí, no lado Pacífico; e que, finalmente, nunca teriam a oportunidade de criar sua própria civilização, porque seriam incorporados, à força, num império mundial com o qual não tinham nada em comum.

Os conservadores calculam que ao menos 600 gerações indígenas descansam nos abrigos do planalto, sambaquis da costa e aldeias horticulturas de todas as áreas florestais do Brasil; os mais afoitos aumentam estas gerações para 1.600. Não é muito, em comparação com as 100.000 gerações do velho Mundo, mas é muito mais do que até há pouco se imaginava.

A população da Amazônia, no Planalto e na Costa Atlântica não chegou nunca a ser densa, não passando, os seus assentamentos, de acampamentos passageiros de aldeias de alguns milhares de habitantes, sem uma estrutura política abrangente, ao passo que no Altiplano e na costa do Pacífico, onde os aglomerados urbanos podiam chegar a mais de 100.00 habitantes, se moldaram com vários milhões de súditos.

O Brasil foi povoado pela primeira vez quando as geleiras ainda cobriam grandes extensões do hemisfério norte; no hemisfério sul eram menos

acentuadas, o clima também era notadamente mais frio, a chuva mais rarefeita e a vegetação menos desenvolvida que hoje. Muitos animais agigantados, bem adaptados ao ambiente frio e agora extintos, (estiveram) à disposição dos primeiros humanos, junto com inúmeras espécies que sobrevivem até os dias atuais.

O homem, vindo da Ásia, teria fraqueado o Estreito de Bering e lentamente migrado para o sul. Aos 29.000 anos atrás ele teria passado pelo sudoeste dos EUA. A sua caminhada pela América do Norte e Central é rastreada pelos arqueólogos com a sutileza de detetives. Mas quando chegamos na Amazônia e Planalto brasileiro perdemos a sua pista. Os achados mais antigos, no Brasil, por enquanto, se encontram no sudeste do Piauí, em pleno Polígono das Secas, onde os cravões atribuídos aos seus primeiros acampamentos ultrapassam os 32.000 anos. Acampamentos sucessivos nos espessos sedimentos dos abrigos rochosos de São Raimundo Nonato indicariam a permanência do homem na região durante os milênios subsequentes. Os seus primitivos instrumentos seriam inicialmente seixos com poucas modificações, passando a lasca pouco retocada e daí para instrumentos de bonito acabamento. Na Bahia e no Mato Grosso outros arqueólogos conseguiram datas antigas, mas não alcançaram eliminar as dúvidas sobre a sua ligação com o homem ou sobre a correção técnica do processo de datação.

Por onde o homem teria passado para chegar ao Nordeste; por que chegaria aí tão comprometedoramente cedo (em data à sua passagem comprovada pelos EUA) e por que ainda não se encontraram aos animais agigantados que se supõe deveria ter caçado durante esses primeiros vinte milênios, são algumas perguntas que vão obrigar os arqueólogos brasileiros a trabalhar com muita seriedade antes de um veredicto mundialmente aceito sobre o primeiro povoamento do Brasil.

Depois que o período glacial do Pleistoceno final, ao redor de 12.000 anos atrás, deu lugar ao Holoceno, mais quente, com maior quantidade de chuvas e conseqüentemente desenvolvimento arbóreo em todo o território, mas especialmente na Amazônia, o Planalto e o Nordeste aparecem cobertos de acampamentos de caçadores com artefatos de boa tecnologia de lascamentos.

Esta grande dispersão de acampamentos antigos parece um sinal evidente de que o povoamento é mais antigo que os 12.000 anos que os cientistas ortodoxos nos costumam conceder.

Começa então uma etapa de caça que vai durar uns 9.000 a 10.000 anos, na qual os arqueólogos se movem com bastante segurança. Já são conhecidos certamente um milhão de sítios, no sudeste, nordeste e centro do país; só a fronteira ocidental e a Amazônia não fornecem ainda evidências significativas desta etapa de caça. Desses acampamentos conseguimos uma certa quantidade de informações sobre a alimentação, a tecnologia, as representações artísticas, as formas de sepultamento, a constituição biológica do grupo.

O cerrado, parte da caatinga e agreste estão cobertos, dos 9.000 aos 6.000 anos a.C., de acampamentos de caçadores que capturam todo gênero de animais e se caracterizam por seus raspadores de pedra muito bem acabados; vivem ou em acampamentos a céu aberto, ou em abrigos rochosos, que pintam em numerosos estilos e tradições diferentes. Os arqueólogos chamavam este horizonte tecnológico de tradição Itaparica, aparentemente uma adaptação original às savanas brasileiras.

Na mesma época, os campos e áreas de vegetação aberta dos estados subtropicais mostram os primeiros acampamentos de caçadores, cujos instrumentos mais são pontas de projéteis triangulares, com pedúnculos e aletas. Por enquanto, são conhecidos principalmente acampamentos a céu aberto. Os arqueólogos batizaram a tradição de Umbu. Esta tradição não é exclusiva do Brasil, pelo contrário, ela se estende por cima das paisagens abertas até o extremo-sul da América.

Devido à falta de estudos ainda não está claro se os Estados de Minas Gerais e da Bahia produziram uma terceira modalidade de caçadores, como estudos prévios insinuavam.

Na proporção em que a temperatura, a precipitação e a vegetação iam aumentando, para atingir o seu clímax entre 4.000 e 2.000 a. C., os caçadores foram desenvolvendo ou recebendo novas tecnologias. Assim, na barreira dos

rios maiores das florestas subtropicais e tropicais do sul começaram a aparecer e se multiplicaram acampamentos a céu aberto de caçadores-coletores, cujos artefatos característicos são grandes talhadores, raspadores e machados lascados. Os arqueólogos batizaram a tradição Humaitá; ela parece ter nascido aí mesmo, no limite entre o Brasil e a Argentina e o Paraguai, expandindo o seu território na mesma proporção em que a mata foi crescendo ao longo dos rios e na encosta do Planalto.

A estreita faixa entre a serra do Mar, ou a borda abrupta do planalto e o mar, do Rio Grande do Sul até o Espírito Santo, onde havia abundância de moluscos, crustáceos, peixes, caça terrestre e frutos, surgiu uma economia característica, responsável por formidáveis montes de lixo, conhecidos desde o descobrimento como “sambaquis”. Sua implantação deu-se, de preferência, junto às lagunas ou em baías defendidas, na proximidade de mangues e pantanais. Se no começo o abastecimento de proteínas se apoiava muito fortemente na apanha de moluscos (tradição Sambaquiana), aos poucos derivava para um abastecimento mais geral, somando ainda à coleta de crustáceos, a pesca, a utilização de vegetais nativos e provavelmente também de cultivos (tradição Itaipu). Adaptações litorâneas semelhantes encontram-se em grandes extensões da América do Sul e do Norte, na mesma época.

Enquanto isso, os caçadores da Tradição Umbu, das áreas abertas do Sul, continuaram o seu desenvolvimento incluindo adaptações mais estreitas a locais alagadiços, nos quais faziam pequenos aterros para choças ficarem protegidas da umidade, explorando as riquezas das interfaces de campo, matas subcaducifólias e pinheirais, onde seus acampamentos passaram a ser repetidos e continuados em numerosos abrigos rochosos.

Por sua vez, no cerrado, na caatinga e no agreste, os caçadores generalizados da Tradição Itaparica foram abandonando os seus bem trabalhados raspadores, passando a usar lascas irregulares com pouco retoque e incluíram no seu abastecimento uma grande quantidade de moluscos terrestres e produtos vegetais. Os acampamentos ainda se deram predominantemente em abrigos rochosos, que pintavam segundo uma grande variedade de estilo. Essa tradição é designada Serranópolis.

Na medida em que o período de chuva, calor e vegetação foi, por sua vez, cedendo lugar a temperaturas mais amenas, semelhantes às de hoje, modificações notáveis apareceram, tanto por modernização a partir dos Andes, como por inovação local. A cerâmica que, ao redor de 3.000 anos a.C., é registrada pela primeira vez em sambaquis ao sul da boca do Amazonas, donde se difunde ao longo do litoral e sobre o Planalto, é um desses elementos andinos. O milho, cujos primeiros exemplares datam de 1.500 anos a.C. em abrigos de Minas Gerais, é outro elemento vindo de longe, do México, através do Peru. Suspeita que os coletores-caçadores da fase Itaipu, no Estado do Rio de Janeiro, no segundo milênio a.C., já poderiam estar cultivando mandioca doce. Onde a teriam recebido?

Tudo isso indica que os caçadores-coletores, nesse tempo, estavam sujeitos a um importante processo de modificação, que os transformaria nos ceramistas-horticultores-aldeões que os portugueses, na sua conquista, encontrariam em todo o território brasileiro. Essa transformação, no seu todo, apenas está sendo vislumbrada pelos arqueólogos. Certamente ela está representada por maior acento na coleta de vegetais, ao lado de experiências de domesticação e aceitação de plantas já aperfeiçoadas em locais mais desenvolvidos. A domesticação de animais, que acompanha os cultivos nas áreas mais avançadas, ou não chegou aqui ou foi considerada inexequível: uma das razões pode ter sido a inadequação dos nossos animais nativos para uma convivência econômica e rendosa com o homem. De modo que, todos os horticultores brasileiros, qualquer que tenha sido o nível de adaptação e especialização alcançado, são plantadores que precisam suprir as necessidades de proteínas através da caça, da pesca ou da coleta, circunstância que se vai tornar um sério entrave para o seu desenvolvimento.

Entre os horticultores que surgiram podemos distinguir certamente aqueles que, ao lado de alguns cultivos, ainda se apoiaram fortemente na coleta: a fase Ananatuba, conhecida desde o 1º milênio a.C., no leste da Amazônia; a Tradição Una, com assentamentos no Sudeste e Centro do país, desde antes de Cristo; a Tradição Itararé; Casa de Pedra/Taquara, no planalto Meridional, desde o 2º século de nossa Era; a Tradição Vieira, nos campos do extremo-sul, aproximadamente na mesma época.

Outras tradições, surgidas em tempos mais recentes, já parecem ter tido um suporte essencial nos cultivos, ficando a coleta em plano secundário, como a Aratu/Sapucaí em partes do Nordeste, Sudeste e do Centro, a Tupiguarani principalmente no Sul e Sudeste e a maior parte das fases ceramistas da Amazônia.

Poucos grupos tinham conseguido ultrapassar um nível semelhante aos chamados “horticultores da floresta tropical” cuja organização sociopolítica se baseia fundamentalmente no parentesco, para ensaiar uma estrutura sociopolítica mais complexa, que poderia ter alguma semelhança com as chefias andinas. Nessa situação costuma citar-se a cultura Marajoara, na Ilha de Marajó, e a de Santarém, junto à boca do Tocantins, ambas aparentemente de curta duração.

A tradição Una, já com abundantes e variados cultivos, entre os quais o milho, o amendoim, feijões, cucurbitáceas, mandioca e algodão, ocupava lugares acidentados na interface cerrado/mato, onde se estabelecia preferencialmente em abrigos rochosos, mas também construía pequenas aldeias na proximidade. Foi estudada no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Goiás.

A tradição Itararé/Casa de Pedra/Taquara é reconhecida principalmente por suas estruturas subterrâneas, com adaptações ao clima frio do Planalto sub-brasileiro, do Rio Grande do Sul até São Paulo e transbordando para o Nordeste argentino. Os arqueólogos estão vislumbrando uma curiosa elaboração econômica, com domínio sobre três ambientes escalonados: grandes aldeias superficiais litorâneas que exploravam recursos marinhos; outros numerosos assentamentos, nas baixadas e encostas inferiores do Planalto, que poderiam realizar variando cultivos nas florestas subtropicais; os grandes aglomerados de “casas subterrâneas” no meio dos pinheirais do planalto, que certamente estavam dimensionados para a coleta dos pinhões no outono de todos os anos.

A tradição Vieira é a denominação dada à população, parcialmente neolitizada, daqueles caçadores da tradição Umbu que exploravam as áreas alagadiças e construía aterros como proteção de suas choças contra a umidade. Delas são

mais conhecidos os sítios de pesca ao longo da Lagoa dos Patos, precisando ainda de muita pesquisa e reflexão os acampamentos de caça.

A tradição Aratu/Sapucai, apesar de muitas vezes próxima da tradição Una, ocupa ambientes diferentes, construindo suas aldeias circulares ou elípticas às vezes com mais de mil habitantes, nas encostas suaves de colinas ou bordas de serra, junto a pequenos córregos, nas manchas ou fímbrias de mato do domínio do Cerrado. Seus vasilhames simples, de tamanho variado, superam de longe os recipientes pequenos das tradições anteriores e nos sugerem pela primeira vez um horticultor que dominou o Cerrado. Os grandes vasilhames usados para depositar os mortos foram verdadeiros campos de urnas na periferia das aldeias.

A tradição Tupiguarani, que se acredita surgida da migração de um grupo amazônico, especializou-se na exploração da floresta do sul do Brasil. O ramo colonizador da floresta subtropical é conhecido como Subtração Corrugada, ou Guarani; não usava a tradicional tecnologia amazônica de transformação da mandioca amarga. O ramo que colonizou a floresta tropical é conhecido como Subtração Pintada ou Tupi e seus recipientes são característicos da elaboração de beiju e outros alimentos a partir da mandioca amarga. Seus vasilhames são mais simples, mas variados e com diferentes decorações plásticas ou pintadas. Grandes vasilhames eram usados para deposição dos mortos. Se, geralmente, o Tupiguarani realizava o padrão de assentamento do estágio “floresta tropical”, alguma vez poderia estar a ponto de ultrapassá-lo como parecia acontecer com as aldeias Tupinambá do Rio de Janeiro descritas pelos cronistas do século XVI.

Os horticultores amazônicos viviam, de preferência, ao longo dos rios e lagos e podem ser facilmente visualizados porque até há pouco, numerosos grupos ainda aí realizavam um modo de vida semelhante, com suas aldeias de choças na floresta, as roças de produtos consorciados cercado as casas, os matos sendo explorados para caça e os rios para a pesca.

O fato de que, entre todos os horticultores brasileiros, não tenhamos mais que raras tentativas amazônicas de ultrapassar este nível em busca de uma estruturação desigual da sociedade, uma especialização econômica e a

concentração do poder num organismo central, costuma intrigar o homem comum e mais ainda o arqueólogo. Certamente não mais podemos explicar o desnível tecnológico e sociopolítico apelando para migrações de populações já diferenciadas. É provável que haja uma complexa conjunção de fatores ambientais e históricos que mereçam um instante de reflexão.

Um primeiro fato é incontestável: as populações do Brasil estavam muito longe dos grandes centros de inovação do Novo Mundo, o mais afastado e importante dos quais certamente era o México, o mais próximo, e progressivamente mais potente, o Altiplano e a Costa Pacífica. Essa distância dificultava a chegada de tecnologia e produtos, que ainda por cima tinham de ser adaptados ao novo ambiente para se tornarem úteis. Não havia no Brasil falta de solos para cultivos pela técnica da queimada, mas não se conheciam animais de tração, nem arados, nem adubos ou corretivos para torná-los mais redondos. A floresta parecia não acabar, convidando à reprodução do mesmo sistema sem preocupação de melhora. A falta de animais domésticos que, em troca de sobras do cultivo, proporcionassem abundantes proteínas sob forma de ovos, crias ou leite, além de outros produtos e serviços, certamente foi decisiva para a manutenção do sistema, que obrigava as populações a um abastecimento aleatório e dispendioso de carne através da caça e pesca. Os poucos grupos que buscaram superar essa organização socioeconômica foram de pouca duração. Só com a injeção de novas tecnologias recentes foi possível arar os campos, corrigir o solo dos cerrados, aumentar o fornecimento de proteínas; mas para a Amazônia até hoje se espera uma tecnologia apropriada que supere a da sabedoria indígena.

Desta maneira, o português encontrou na terra uma população rala e pouco desenvolvida, que não era nem perigosa e, em definitivo, nem importante como mão-de-obra para a empresa europeia que vinha instalar. A história posterior dessa população é o resultado previsível dessas circunstâncias.